

8º Encontro da ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS
Área Temática: AT02 – Cultura Política e Democracia

**“Rouba, mas faz”: a tolerância quantificada do brasileiro à
corrupção?**

Andreia Reis do Carmo (andreia.carmo@gmail.com)
da Universidade de Brasília – LAPCIPP (Laboratório
de Pesquisa em Comportamento Político,
Instituições e Políticas Públicas)

Paulo Henrique Canhoto Alves
(paulo.hca@uol.com.br) professor do Centro
Universitário do Distrito Federal (UDF) e também
membro do LAPCIPP

1- Introdução

Será que o “rouba, mas faz” ainda está presente no pensamento político brasileiro? O “rouba, mas faz” é tido como uma justificativa à escolha do voto, como uma simplificação da realidade, ou para expressar a desconfiança inevitável (do ponto de vista do eleitor) em direção aos políticos. É um fenômeno que, em conjunto com os estudos sobre o patrimonialismo, privatismo, personalismo e etc., compõem um grande leque de temas relacionados à corrupção política no Brasil. Contudo, se insere em registro datado e pouco pesquisado, restando-nos, ainda, a dúvida.

A preocupação com a corrupção se deve a uma razão bastante relevante: ela é um obstáculo ao desenvolvimento político, social e econômico de qualquer país. Diferentes teorias associam suas causas a níveis de desenvolvimento econômico, às instituições políticas, à tradição histórica e cultural e às políticas de governo (Treisman, 2000). Este artigo tenta buscar algumas motivações consideradas histórico-culturais e subjetivas para o fenômeno e para tanto, se utiliza do arcabouço teórico da cultura política, do comportamento político e de ferramentas de análise estatística aplicadas ao banco de dados da pesquisa “Democratização e Cultura Política” (onda de 2006) desenvolvida pelo Prof. Dr. José Álvaro Moisés¹.

O “rouba, mas faz” pode ser entendido, resumidamente e em algumas situações, como o “jeitinho brasileiro” praticado entre os atores políticos, sob o ponto de vista do eleitor. É uma opinião que, quando expressada, justifica e simplifica a decisão do voto e, mais importante, expressa a tolerância do eleitor à corrupção. O eleitor que apoia políticos que “roubam, mas fazem” de certa forma acredita que os objetivos e resultados políticos devam ser mais valorizados que os rituais e formalidades da ação política².

Uma pesquisa mais recente sobre o tema foi feita por Weitz-Shapiro e Winters em 2010. Os autores, por meio de um *survey* aplicado pelo IBOPE, concluem que o “rouba, mas faz” é um fenômeno que deriva da falta de informação, pois, quando informados, os eleitores se recusam a votar neste tipo de político mesmo se eles têm uma boa performance política.

¹ Professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP (NUPPS).

² Schwartzman, 2006, p. 3

Semelhantemente a este artigo, reconhecem o risco de viés do tipo “social desirability” e que o comportamento não é mais tão generalizado quanto relatava a literatura pregressa³.

Nesta breve análise estatística vemos que uma parcela ínfima da população é tolerante aos políticos que “roubam, mas fazem”. Contudo, não temos certeza se esta pequena parcela foi acarretada por respostas “politicamente corretas”, pois entendemos ser natural que o entrevistado não mostre seu apoio a atos corruptos, tanto na sua vida privada quanto na situação imaginária de se colocar no lugar de um político.

Como não há meios de quantificar ou separar as repostas “politicamente corretas” ou “socialmente esperadas”, o estudo pode ter sido comprometido por este elemento. Por este motivo, o artigo propõe um instrumento que busca reduzir este viés.

2- O “rouba, mas faz” e o “jeitinho brasileiro”

O “jeitinho” e o “rouba, mas faz” guardam algumas semelhanças e diferenças importantes para o nosso estudo. Em pesquisa de Maria Cristina Ferreira, Ronald Fischer, Juliana Barreiros Porto, Ronaldo Pilati e Taciano L. Milfont, realizada em 2011, o “jeitinho” é fragmentado em três conjuntos de características: corrupção, criatividade e quebra de normas sociais. Esta descrição do conceito pôde ser elaborada depois de estudo baseado na criação de cenários avaliados pelos respondentes. Um estudo semelhante será proposto para que o “rouba, mas faz” seja também pesquisado com as devidas ressalvas, na sexta parte deste artigo.

O “jeitinho” é entendido pelos autores como uma estratégia interpessoal para alcançar objetivos que se baseia no estabelecimento de uma relação pessoal com o interlocutor apelando para sua boa fé e generosidade (Ferreira *et al.*, 2011, p. 2). A estratégia do “jeitinho” possibilita a solução mais rápida e satisfatória de problemas por meio do envolvimento emocional das partes,

³ Algumas críticas podem ser feitas à pesquisa, como por exemplo, definem o “rouba, mas faz” apenas como a ação de aceitar propina e procuram reduzir o viés das respostas “politicamente corretas” questionando sobre o comportamento de um personagem, ao invés de perguntar diretamente sobre a opinião do respondente. Acreditamos que o conceito vai muito além do que apenas a aceitação de propina e que o viés da “social desirability” pode ser reduzido também por outras técnicas discutidas aqui.

passando por cima de regras ou normas previamente estabelecidas para a solução do problema em questão. Atualmente, o “jeitinho” é visto como uma forma tipicamente brasileira de superar a burocracia, leis e normas (*idem*).

Num primeiro momento, o “rouba, mas faz” pode ser entendido como o “jeitinho” alocado na política, e por isso, talvez afete mais intensamente os rumos da sociedade brasileira. Contudo, fazem parte de universos muito diferentes: o “jeitinho” é um comportamento social, enquanto o “rouba, mas faz” é uma *justificava social* para uma decisão política. Por ser uma justificativa, o “rouba, mas faz” é uma opinião expressa pelos eleitores no momento da decisão do voto. É neste momento que esta pesquisa se concentra e não no próprio político que “rouba, mas faz” por impedimentos metodológicos⁴. Portanto, o recorte aqui está delimitado no eleitor e sua tentativa de influenciar os rumos da política com o seu voto e tentar fazer valer seus interesses e preferências.

Segundo Schwartzman (2006, p. 03), o “rouba, mas faz” busca superar uma suposta ineficiência ou morosidade política e, desta forma, se insere em situações em que “os agentes buscam o máximo de autonomia e liberdade de ação, independente das normas formais”, lubrificando os mecanismos de governabilidade e reduzindo os custos das decisões e ações políticas para ambos os atores (o político e o eleitor). Portanto, o eleitor acredita que há um *trade off* entre corrupção (“rouba, mas faz”) e a competência do político ou governante e, se acreditar que será beneficiado de alguma forma, recompensa este político com o seu voto.

3- A tolerância à corrupção

Uma explicação para a persistência do “rouba, mas faz” é a de que o brasileiro seja tolerante com a corrupção. A sensação de impotência em direção à política culmina em uma sociedade em que “a corrupção é tolerada e os cidadãos apenas aguardam qual será o próximo escândalo que circulará nos jornais” (Filgueiras, 2009, p. 387). A questão da tolerância do brasileiro à corrupção recebe um foco cultural na análise de Filgueiras (2009). Para o autor

⁴ É sabido que a corrupção é um tema de pesquisa com várias barreiras metodológicas. Por ser um objeto velado e incriminador, dificilmente saberemos dos próprios políticos se eles se envolveram em atos corruptos ou não. Por este motivo, temos que nos apoiar na opinião pública.

a tolerância à corrupção não é um desvio de caráter brasileiro, uma propensão e culto à imoralidade, nem mesmo uma situação de cordialidade, mas uma disposição prática nascida de uma cultura em que as preferências estão circunscritas a um contexto de necessidades, representando uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material (*idem*, p. 417).

Sua interpretação nos possibilita uma maior compreensão do fenômeno, contudo, após a análise de dados do *survey* “Democratização e Cultura Política”, vemos que a complexidade do fenômeno não é minimamente abordada pela técnica e por isso, necessita ser analisado a partir de outros pontos de vista.

De acordo com Fernando Filgueiras, a tolerância à corrupção no Brasil é causada pela antinomia entre normas morais e a prática social. Para se contrapor a estudos que consideram a corrupção (na forma do patrimonialismo, privatismo, paternalismo e etc.) como um aspecto do caráter dos brasileiros, Filgueiras afirma que ela se relaciona às “normas informais que institucionalizam certas práticas tidas como moralmente degradantes, mas cotidianamente toleradas” (*ibidem*, p. 387).

Portanto, o mundo moral e o prático apresentam aspectos antagônicos e são regidos “por princípios diferentes que definem uma tensão entre os valores e o mundo real da sociedade brasileira” (*idem*, p. 394). O problema da corrupção brasileira não está relacionado às características da personalidade do brasileiro, mas sim, a uma construção social que deu condições para que ela seja tolerada como prática.

Entender a corrupção sob a lógica da cultura política significa vinculá-la às interações e relações entre os atores sociais baseadas em valores compartilhados que orientam os indivíduos a avaliar o que é ou não corrupção e se devem ou não se envolver com tais ações. Outras abordagens, como, por exemplo, as institucionais, não permitem que sejam considerados os valores, hábitos e normas informais (que fazem parte da dimensão cultural) praticados dentro das instituições. A dimensão cultural é essencial para o entendimento do fenômeno, pois, o aspecto normativo do conceito “depende de concepções normativas a respeito das próprias instituições sociais, em que pesem dessa forma, os valores que definem a própria noção do que vem a ser o interesse público” (*ibidem*, p. 397). Portanto, investigando este consenso normativo

mínimo⁵, compartilhado pelos brasileiros, talvez possamos ter algumas respostas sobre a corrupção no Brasil.

A criação de valores é um processo social, deliberativo e de natureza consensual. Estes mesmos valores nos dizem o que é legítimo, e, portanto, o que é considerado corrupção ou não⁶. O que é desejável numa sociedade compõe um conjunto de concepções consensuais que possuem uma natureza moral. De acordo com este raciocínio, a corrupção é um juízo moral do que deve ou não ser esperado da ação política. Assim, “o conceito de corrupção não se resume aos interesses dos agentes, nem mesmo às normas jurídicas do ordenamento político, assumindo um caráter plástico que apenas pode ser definido no contexto linguístico, em que esses juízos são realizados” (Filgueiras, 2008).

4- Metodologia

Neste contexto, a opinião dos brasileiros sobre a aceitação do “rouba, mas faz”, pode explicar alguns aspectos da tolerância da corrupção no Brasil. No *survey*, várias perguntas sobre o tema foram aplicadas a 2004 entrevistados de várias capitais do país. Esta sessão reúne a maneira que se constituíram estas perguntas, e os recortes que foram feitos na base de dados.

Resolvemos cruzar as questões sobre o “rouba, mas faz” com gênero, faixa etária, grau de instrução e faixa de renda familiar. O primeiro grupo consiste de cinco perguntas sobre *políticos* que “roubam, mas fazem”: i) se o importante é que cumpram as demandas da população, ii) se de fato merecem o voto da população, iii) se não merecem ser condenados pela justiça, iv) se devem ser permitidos de desviar dinheiro e v) se devem ser considerados “os melhores” políticos, porque fazem, mesmo que roubem. As respostas vão desde “concordo muito” até “discordo muito”, num espectro gradativo. Estas perguntas avaliam, diretamente, a percepção dos entrevistados sobre os políticos que “roubam, mas fazem” de uma forma geral. Os entrevistados

⁵ Conceito elaborado por Moisés, 1992, que afirma que a generalização de um conjunto de valores, orientações e atitudes políticas compartilhadas é tão importante quanto à formação de um sistema partidário, por exemplo. O consenso normativo mínimo permite o desenvolvimento da democracia sem sua interrupção a cada vez que um conflito fundamental emerge.

⁶ Para Husted (1999, p. 340), “valor” é uma “concepção explícita ou implícita distintiva de um indivíduo ou característica de um grupo do que é desejável”.

avaliam as mesmas frases em relação aos brasileiros e depois, sobre si próprios, se estivessem no lugar de um político.

A bateria de questões seguinte avalia a percepção do entrevistado quanto a quantidade de atores que i) usam “caixa 2”, ii) mudam de partido, ou iii) superfaturam obras e desviam dinheiro. Primeiramente, o entrevistado responde estas três questões em relação aos políticos (se todos, se a maioria, a minoria ou se nenhum político faz isso), depois em relação aos brasileiros e, por último, se ele mesmo (o entrevistado) cometeria estes “delitos” se tivesse um cargo ou mandato público.

A análise estatística, com a consultoria de um estatístico⁷, das escalas de respostas (“discordo muito” até “concordo muito”) foram recodificadas⁸. Posteriormente foram criadas variáveis *dummy* para gênero⁹, instrução¹⁰ e renda¹¹. Preferiu-se usar a variável “idade” e não faixa etária, para não haver perda de informação em razão da categorização. Além disso, foi criado um indicador, “tolerância”, que sintetiza os resultados das cinco frases, e, com ele, foram feitas as regressões múltiplas.

5- Resultados

Para um nível de significância de 5%, as variáveis independentes têm relação com a dependente, mas não explicam, inteiramente, o fenômeno. Apesar de nenhuma ser robusta, as variáveis *gênero* e *renda* são estatisticamente significantes, entretanto elas conjuntamente explicam apenas 1,5% da variabilidade. A análise descritiva aponta que as mulheres discordam mais que os homens nas cinco frases que envolvem o “rouba, mas faz”, em média 4,3 pontos percentuais a mais. O destaque da renda é condizente com o conceito de tolerância à corrupção, visto que é uma disposição originada em

⁷ Nossos profundos agradecimentos ao Jhonatan Ferreira, estatístico formado pela UnB.

⁸ Na base original, a resposta “nem concorda, nem discorda” recebe o valor mais alto da escala (5). Mudamos a escala para que este tipo de resposta recebesse o valor zero.

⁹ A variável foi recodificada para 1=feminino e 0=masculino.

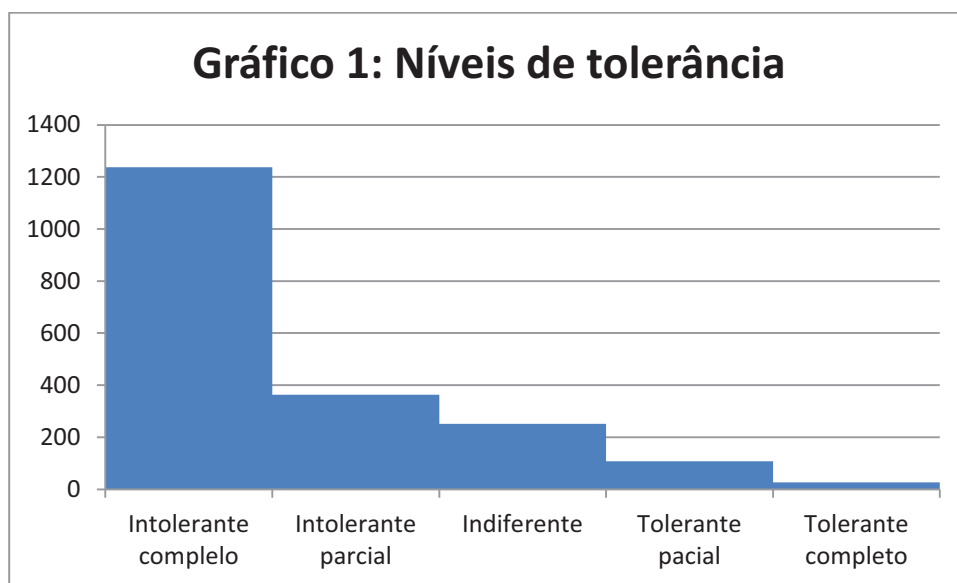
¹⁰ A variável instrução também foi recodificada de forma a testar o peso dos graus de instrução. Portanto, cada grau recebeu o valor 1 enquanto ou outros receberam o valor 0.

¹¹ As faixas de renda familiar foram reescaladas para apresentarem valores em seus limites (excluindo o primeiro, que é zero) e na média de seus intervalos.

um contexto de necessidades materiais, se tornando uma estratégia de sobrevivência em determinadas situações¹².

No geral, é um tema consensual na população, portanto de pouca variância estatística. As respostas são, majoritariamente, intolerantes à corrupção: 62% “discordam muito” das frases e 79,5% responde que a corrupção é algo “muito sério”.

Como vemos no gráfico a seguir:



A maioria dos entrevistados é completamente intolerante à corrupção. Além disso, o caminho até as pessoas totalmente tolerantes diminui gradativamente na amostra de entrevistados. Os intolerantes parciais são as pessoas que se colocam intolerantes, porém, dependendo da situação, apresentam algumas atitudes de complacência com a corrupção. Os indiferentes são os que não responderam nem contra, e nem a favor das situações a respeito do fenômeno. Os tolerantes parciais demonstraram alguma conivência com as referidas situações, enquanto que os tolerantes completos se mostraram até a favor das questões acerca da corrupção.

Estas categorias foram mensuradas de acordo com a dispersão das respostas colocadas em níveis de tolerância, levando em conta as respostas de cada um para as cinco perguntas. Por exemplo, a categoria “intolerante

¹² Como os qui-quadrados são bastante baixos não aprofundamos a questão do gênero e renda. Sabemos que a equação seria: $Corrup3a = -5414 - 0,926 \text{ feminino} - 0,001 \text{ renda}$. Ou seja, o gênero faz diferença no “rouba, mas faz” e quanto maior a renda, mais negativo o resultado (mais respostas do tipo “discordo muito”).

completo” foi formada pelas respostas “discordo muito”, “tolerante parcial”, por sua vez, por “discordo pouco”. As pessoas “indiferentes” que responderam “nem concordo, nem discordo”, enquanto que as “tolerantes parciais”, “concordo pouco” e “tolerante completo” por “concordo muito”.

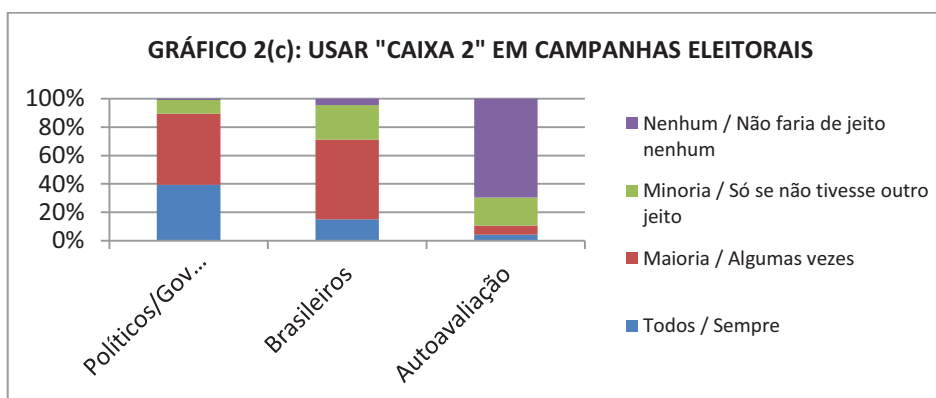
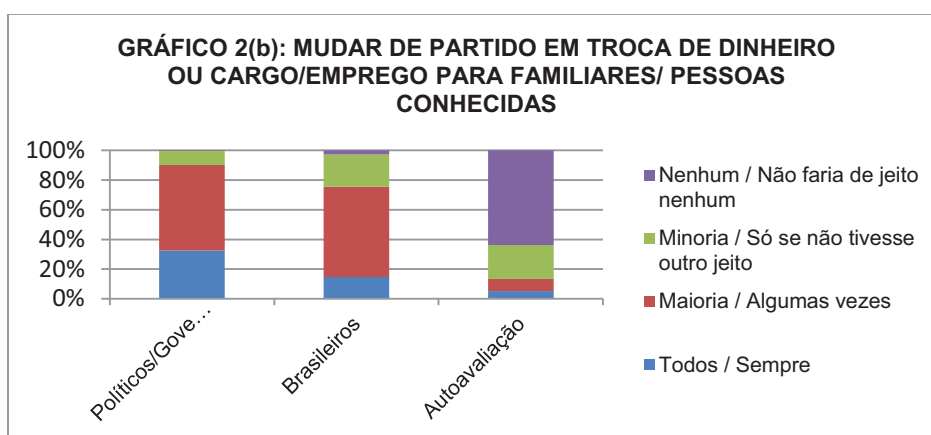
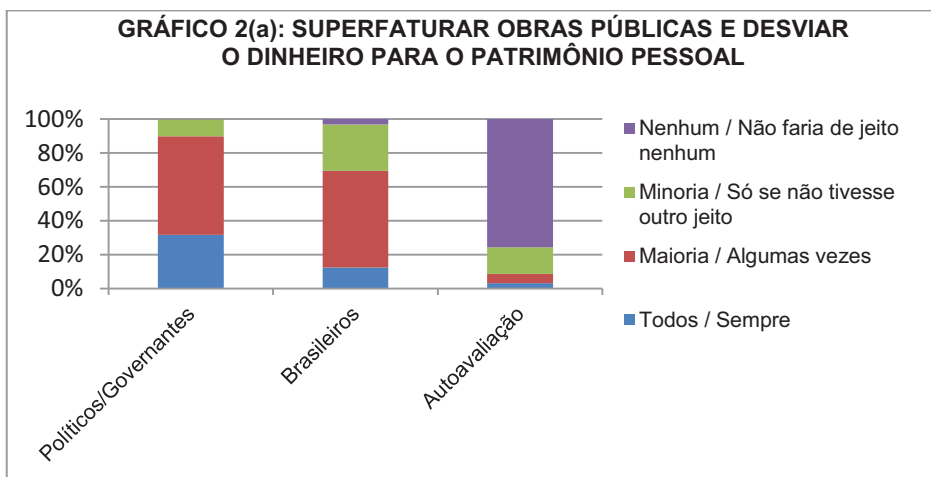
Como esperado, a análise das cinco questões específicas sobre o “rouba, mas faz” entre si, resulta em correlações altas: de 0,6 a 0,77, ou seja, os entrevistados responderam de forma bastante coerente, portanto, tiveram uma compreensão semelhante das questões.

O material recolhido e analisado matematicamente foi sintetizado na tabela abaixo:

1. Tabela com os resultados das regressões múltiplas.

Variáveis Dependentes:	R^2 (variáveis independentes) Gênero, idade, renda, e grau de instrução
1-“Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa”	0,019
2- “Um político que faz muito e rouba um pouco merece o voto da população”	0,019
3- “Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça”	0,015
4- “Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral”	0,015
5- “O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco”	0,019
6- Mudar de partido é “leve”, “médio” ou “grave”?	0,027
7- Superfaturar obras públicas e desviar dinheiro é “leve”, “médio” ou “grave”?	0,011
8 - Usar “caixa 2” é “leve”, “médio” ou “grave”?	0,014

A segunda bateria de questões sobre os políticos, os brasileiros e a autoavaliação do entrevistado, mostra um brasileiro que enxerga os políticos como corruptos, em sua maioria, mas que se vê como uma pessoa honesta. Esta contradição é, claramente, causada pelo viés das respostas “socialmente corretas”. Weitz-Shapiro e Winters (2010) encontraram uma contradição semelhante: os entrevistados afirmam que a maioria dos políticos é corrupta, contudo, eles próprios nunca votaram em candidatos desonestos.



Para reduzir o viés das respostas “politicamente corretas”, Weitz-Shapiro e Winters (2010) fizeram um experimento em que o respondente teria que prever em quem um outro personagem (chamado de Gabriel ou Gabriela) deveria votar. Partem do pressuposto que, se os respondentes se colocam no lugar de um indivíduo anônimo, isto aumentaria as chances do entrevistado responder honestamente.

Os resultados do nosso *survey* mostram que os respondentes acreditam que a população brasileira seria, em sua maioria, corrupta, se estivesse no poder. Portanto, colocar os respondentes no lugar de algum outro personagem pode estar mostrando esta mesma crença. Ao se colocar no lugar do outro, o respondente poderia pensar que, como “a maioria dos brasileiros são corruptos”, então “Gabriel(a) seria também corrupto(a), mas eu não sou”. O que volta a recorrer no viés. Colocar o entrevistado no lugar de um personagem anônimo, portanto, não resolve o problema do viés. O instrumento proposto abaixo busca reduzir este viés, mas ainda necessita de um debate sobre a melhor forma de alcançar este objetivo.

Proposta de instrumento

O instrumento proposto é bastante simples e consiste apenas na aplicação de um questionário composto de duas partes. Devido às restrições financeiras e ao fato de ser uma primeira tentativa em explorar o fenômeno este experimento foi elaborado para ser aplicado tanto pelo tipo “pencil and paper”, impresso, como através de formulário digital, em que os respondentes podem responder via e-mail.

A princípio, este questionário será aplicado a alunos universitários de diversos cursos e períodos. Como o modelo proposto não explica satisfatoriamente a variável independente, os testes continuarão, incluindo também as variáveis independentes testadas aqui. Não acreditamos que a amostra composta de alunos irá interferir nos resultados.

A primeira parte do questionário consiste em “cenários”¹³ políticos de dois personagens fictícios. Ambos são candidatos ao governo do Distrito Federal e pertencem a partidos diferentes, mas não mencionados. Os cenários dão informação aos entrevistados quanto às suas vidas públicas pregressas e atitudes durante a campanha. Em cada cenário, o entrevistado tem três escalas (de 0 a 10) para expressar sua opinião.

O primeiro candidato “imaginário” se chama José e suas ações políticas se assemelham ao “rouba, mas faz”. Este personagem foi inspirado na figura

¹³ O uso dos cenários se baseia na pesquisa de Ferreira *et al.*, 2011.

política de Joaquim Roriz¹⁴ e, inclusive, algumas situações vividas pelo nosso personagem José, de fato, ocorreram na carreira política de Roriz. Contudo, esta semelhança entre os dois não é explícita no instrumento. Nos cenários que envolvem este político fictício a intenção é mostrar um político de índole corrupta, que alcança alguns objetivos¹⁵ mais facilmente por ter várias relações pessoais dentro da política, por tolerar a quebra de algumas regras e por dar alguma benesse ao seu eleitor em troca da promessa de voto.

É desta forma que fragmentamos o conceito “rouba, mas faz”, nos cenários, para que seja testado no experimento:

- 1- **Dimensão da corrupção.** Nesta dimensão os cenários mostram o candidato José quebrando regras (uso de “caixa 2”, desvio de dinheiro e doação de cestas básicas e outros em troca do voto) em prol de algum objetivo para ele próprio. Foram criados quatro cenários desta dimensão.
- 2- **Hierarquia e relações pessoais.** Estes cenários mostram a facilidade do candidato José de obter vantagens e recursos por pertencer a uma família tradicional, por ter conhecidos e parentes em outros setores do governo e do setor privado e por sempre buscar novas “amizades” na política. São três cenários que testam esta dimensão.
- 3- **Conexão com o “jeitinho”.** Nestes cenários fica explícita alguma vantagem para o eleitor como, por exemplo, receber doação de lote em troca do voto, rapidez em receber cestas básicas em troca do título de eleitor (promessa de voto); apoiar parcerias suspeitas do governo com empresas privadas de parentes do político para baratear algum alimento. Aqui é testada também a tolerância à corrupção do

¹⁴ Joaquim Roriz foi governador do Distrito Federal em quatro mandatos: 1988 a 1990, 1990 a 1994, 1998 a 2002 e 2002 a 2006. Em 2006 se candidatou a senador pelo PMDB e exerceu o cargo por seis meses (em 2007) quando renunciou para fugir da cassação por improbidade administrativa. Seu nome também estava envolvido no escândalo do Mensalão em 2009. Ele desiste da candidatura ao governo do Distrito Federal em 2010 para não correr o risco de ser barrado pela Lei da Ficha Limpa, caso ela fosse validada pelo STF, e ainda cadastra a candidatura da esposa, Weslian Roriz.

¹⁵ Como foi argumentado durante o artigo, o “rouba, mas faz” é caracterizado pela prioridade dos objetivos em detrimento às formalidades e rituais da política. Por isso, os cenários mostram a quebra de algumas regras em troca de algum benefício para a população ou para o próprio candidato.

entrevistado, contudo em troca de um benefício para a população eleitora¹⁶.

O segundo candidato fictício recebeu o nome de Teobaldo. Os cenários que envolvem este candidato se opõem aos cenários de José e expressam certa dificuldade do político em realizar algumas coisas pela sua renúncia em quebrar regras, se utilizar de relações pessoais ou hierárquicas e prover bens para a população ignorando os procedimentos normais para sua aquisição. Os cenários que envolvem Teobaldo contabilizam seis. No total, o respondente avalia 15 cenários.

As escalas avaliam diferentes aspectos. A primeira avalia se o entrevistado apoia ou não a atitude do candidato e, portanto, mensura a sua (in)tolerância à corrupção. Apoiar as atitudes de José mostra que o entrevistado é tolerante e aprova as ações dos políticos que “roubam, mas fazem”. O contrário ocorre se o entrevistado der o seu apoio ao candidato Teobaldo.

A segunda escala testa a dimensão cultural. Nos cenários do “rouba, mas faz”, as respostas em direção a “todos os políticos fazem isso”, mostra que, na opinião dos entrevistados, a situação política em questão é comum e corriqueira. Podemos entender esta opinião como uma crença geral de que todos ou a maioria dos homens públicos praticam o ato em questão. É uma opinião que mostra conformidade e, ao mesmo tempo, certa desconfiança. Nos cenários do Teobaldo (candidato que não é “rouba, mas faz”) as respostas do tipo “todos os políticos fazem isso” não são esperadas. A resposta esperada para os cenários de Teobaldo é em direção a “nenhum dos políticos faz isso”.

Por último, o entrevistado avalia se o cenário é característico ou não do conceito do “rouba, mas faz”. Esta escala tem a função de testar o entendimento do que seja o “rouba, mas faz” na opinião dos entrevistados. Com estes resultados saberemos se as dimensões do conceito (corrupção, hierarquia e relações pessoais e conexão com o “jeitinho”) realmente se aplicam.

¹⁶ O instrumento completo com os cenários se encontra em anexo.

Na segunda parte do instrumento o entrevistado é levado a “votar” no candidato que mais o agradou e, na pergunta seguinte, avalia se, no caso de ter um cargo público, tomaria decisões e teria atitudes semelhantes a José ou a Teobaldo. Estas duas questões, em conjunto com os cenários podem gerar dois conjuntos de respostas que dizem respeito à consistência. O primeiro conjunto de respostas esperados são as consistentes: quem apoia os cenários de José, vota nele e “faria um governo” semelhante a ele; e aqueles que apoiam os cenários de Teobaldo e, da mesma forma, votam nele e “governariam” como ele. O segundo conjunto de respostas possíveis apresentaria menor consistência tanto nas respostas dos cenários (analisados exclusivamente) quanto nos cenários em relação ao voto. A análise dos cenários pode mostrar uma confusão nas respostas e, portanto, um apoio dúbio aos dois candidatos. Ou então pode mostrar coerência nos cenários (apoio a um candidato), mas o voto em outro e se espelharia no governo também do outro candidato.

Acreditamos que as respostas inconsistentes estejam relacionadas à dimensão das respostas “politicamente corretas” que não foram captadas no *survey*. Como o instrumento trata de casos bastante pontuais (os cenários) e o *survey* pergunta sobre os políticos que “roubam, mas fazem” no geral (sem averiguar o que significa isso para os brasileiros), esperamos que a dimensão das respostas “politicamente corretas” seja captada por esta inconsistência entre os cenários; entre os cenários e o voto; e entre os cenários, o voto e a comparação com o governo imaginário do entrevistado.

As respostas “politicamente corretas” são falsas e mascaram a verdadeira opinião do entrevistado. Acreditamos que existam casos em que o entrevistado realmente apoie e tolere candidatos que “roubam, mas fazem”, contudo não expresse isso por entender que seja uma opinião errada do ponto de vista social e possa sofrer represálias. Este tipo de comportamento talvez seja expresso e compartilhado no âmbito privado e microsocial, contudo, para todos os efeitos macrossociais e na opinião pública, é uma opinião velada.

Por ser uma “falsa opinião” entendemos que o entrevistado terá dificuldade em sustentá-la durante todas as perguntas do instrumento, causando, então as contradições. Não esperamos que estas respostas sejam majoritárias, mas que contabilizem alguma parcela.

Para ilustrar, o quadro abaixo organiza os seis tipos de resultados inconsistentes possíveis de acordo com as três dimensões analisadas (os cenários, o voto e a comparação com si mesmo, se tivesse um cargo público).

	José (político que “rouba, mas faz”)	Teobaldo (político que não é “rouba, mas faz”)
1- Cenários	X	
Voto fictício		X
Comparação com si mesmo	X	
2- Cenários		X
Voto fictício	X	
Comparação com si mesmo		X
3- Cenários	X	
Voto fictício	X	
Comparação com si mesmo		X
4- Cenários		X
Voto fictício		X
Comparação com si mesmo	X	
5- Cenários	X	
Voto fictício		X
Comparação com si mesmo		X
6- Cenários		X
Voto fictício	X	
Comparação com si mesmo	X	

Os primeiros dois tipos de respostas são os mais confusos e inconsistentes, pois em cada uma das três dimensões do instrumento, o entrevistado apoia um candidato diferente. Se este tipo de resposta for numeroso, acreditamos que sua explicação seja relacionada a níveis de compreensão, sofisticação e informação política.

O terceiro cenário também é bastante inconsistente e pode significar tolerância à corrupção em relação aos objetos estritamente políticos (apoio aos cenários do político que “rouba, mas faz” e o voto dado a ele), contudo, o entrevistado não seria um político que “rouba, mas faz” se estivesse no poder, mostrando intolerância à corrupção em relação às suas ações pessoais. Este conjunto de resultados pode decorrer do viés “social desirability”.

O quarto cenário é inverso do anterior. Nos cenários e no voto, o entrevistado apoia o candidato que não é do tipo “rouba, mas faz”, o que evidencia sua intolerância à corrupção em direção aos objetos políticos. Contudo, ao comparar as atitudes que teria na atuação política imaginária, o entrevistado se assemelharia a José, o que significa que se aproveitaria do cargo e seria um político “rouba, mas faz”. Poderíamos dizer que este entrevistado apresenta um comportamento oportunista.

As respostas do quinto tipo evidenciariam que o instrumento conseguiu, de fato, captar as respostas “politicamente corretas”. O entrevistado apoiaria os cenários de José, para posteriormente votar em Teobaldo e avaliar suas ações políticas imaginárias como semelhantes também às deste político. Esta incongruência pode mostrar que o entrevistado não saiba, claramente, distinguir o que é um político que “rouba, mas faz”.

O conjunto de respostas do sexto tipo também pode mostrar que o entrevistado não entenda a lógica corrupta que um candidato se insere, pois ele apoiaria os cenários de Teobaldo, contudo vota em José e teria o comportamento político também de José.

Todos os seis tipos de resposta terão que ser relacionadas com as escalas para que se entenda a força das respostas culturais (todos ou nenhum político se comporta como o “rouba, mas faz”) e o próprio significado do conceito, de acordo com a opinião dos entrevistados.

Em conjunto com estas dimensões, o instrumento também pede para que o respondente informe a classe social em que se insere, sua idade, gênero e semestre que está cursando na universidade. Diferente do *survey*, não foi pedido para que o entrevistado informasse o valor de sua renda, pois entendemos que seja mais importante e significativo para a pesquisa a *noção* do entrevistado quanto à sua classe social. Mesmo no caso do entrevistado ter uma renda alta, ele pode sentir que esteja circunscrito em um contexto de necessidade compelindo-o a apoiar e tolerar o “rouba, mas faz”. A idade, gênero e escolaridade continuarão a ser analisados, assim como na análise estatística anterior, na esperança de apresentarem algum resultado.

4.1- Pré-teste

Aproximadamente 40 instrumentos foram aplicados nesta etapa de pré-teste, que ainda não está concluída. A primeira evidência foi a inversão de algumas escalas que geraram dúvidas entre os alunos.

Foi observado que, o fato do indivíduo poder responder, ele mesmo, ao instrumento, é um fator que o deixa mais confortável e possivelmente, reduza o viés do “politicamente correto”. A presença de um entrevistador pode ser um elemento considerado hostil pelos entrevistados, portanto, optou-se pela sua ausência.

Alguns alunos manifestaram dúvidas e sentimento de confusão durante o preenchimento. Um aluno queria deixar respostas em branco, e de fato as deixou. Por isso, acreditamos que as não respostas também serão significativas. Outra aluna afirmou que o instrumento a havia feito pensar profundamente na questão do “rouba, mas faz” e que estaria confusa sobre sua própria opinião.

Em conclusão, vimos que a análise estatística não consegue explicar, sozinha, o fenômeno do “rouba, mas faz”. Acreditamos que o experimento apresentará alguns resultados e esperamos que possa ser melhorado, ampliado e aprofundado futuramente.

7- Referências Bibliográficas

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. I e II. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1976 [1958].

FERREIRA, Maria Cristina; FISCHER, Ronald; PORTO, Juliana Barreiros; PILATI, Ronaldo; MILFONT, Tarciano L. Unraveling the Mystery of Brazilian Jeitinho: A Cultural Exploration of Social Norms. **Personality and Social Psychology Bulletin**, 2011. Disponível em:
<http://psp.sagepub.com/content/early/2011/11/23/0146167211427148>

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro de 2009, p. 386-421. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005

_____. *Corrupção, Democracia e Legitimidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUSTED, Bryan W. "Wealth, Culture and Corruption". In: *Journal of International Business Studies*. Second Quarter, 1999; 30, 2; ABI/INFORM Global; p. 339.

MOISÉS, J. A. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, n 26, 1992.

TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. In: **Journal of Public Economics**, v. 76, n. 3, p. 339-60, June 2000.

WEITZ-SHAPIRO, R e WINTERS, M. Lacking Information or Condoning Corruption? Voter Attitudes Toward Corruption in Brazil, APSA Annual Meeting Paper, 2010.

8- Anexo: o instrumento

QUESTIONÁRIO SOBRE “ROUBA, MAS FAZ”

PARTE 1 (CENÁRIOS)

Em uma eleição imaginária, o candidato José e o candidato Teobaldo disputam a eleição para o governo do Distrito Federal. Eles são rivais e pertencem a partidos diferentes. Abaixo, estão algumas informações sobre a vida pública deles e sobre suas campanhas.

Instruções: sua tarefa consiste em ler atentamente cada uma das situações e responder o quanto você apoia ou não a atitude de cada candidato. Em seguida, você irá avaliar se, o que o político fez, é algo que todos os políticos fazem ou nenhum deles faz. Por último, você avaliará se a situação em questão é típica do comportamento do político que “rouba, mas faz”. Por favor, marque um X no número que melhor representa a sua opinião. Na segunda parte, você irá responder se votaria no candidato José ou no Teobaldo.

1- José foi secretário de habitação no governo anterior e construiu mil casas populares. Logo depois foi acusado de desviar dinheiro e o estaria usando em sua atual campanha.

Eu <i>não</i> apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
<i>Nenhum</i> político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<i>Todos</i> os políticos fazem isso
Isso <i>não</i> é coisa de político que “rouba, mas faz”	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que “rouba, mas faz”

2-As casas que José construiu, quando secretário de governo, foram doadas a várias pessoas. Uma destas pessoas é um conhecido seu e te diz que José o passou para frente, na lista de pessoas para receber as casas, em troca do seu voto nestas eleições.

Eu <i>não</i> apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
<i>Nenhum</i> político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<i>Todos</i> os políticos fazem isso
Isso <i>não</i> é coisa de político que “rouba, mas faz”	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que “rouba, mas faz”

3-A pessoa responsável diretamente pela lista de doação de casas é cunhada de José. Quando ela passa os eleitores de José para o topo da lista, José presenteia seus filhos.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

4-A pedido de seus eleitores, Teobaldo promete que irá regularizar uma área para a moradia. Ele e seus eleitores descobrem que esta área é protegida por ser um local de preservação da natureza. Teobaldo, então, dá uma entrevista explicando que irá estudar o caso com sua equipe de governo.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

5-Teobaldo encontra algumas áreas que podem sim ser regularizadas. Ele apenas pede para que os cidadãos sejam pacientes na emissão dos documentos.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

6-Teobaldo já foi responsável por distribuir cestas básicas entre a população do DF. A maioria das pessoas recebia a cesta básica, mas, às vezes demorava porque as pessoas tinham que preencher alguns formulários.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

7-Com José a distribuição de cestas básicas era mais rápida, pois era necessário só o número do título de eleitor e a promessa do voto.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

8-A maioria dos eleitores de José são pessoas de baixa renda e com pouca escolaridade porque ele as dava alguma coisa em troca do voto.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

9-José já pertenceu a três partidos diferentes e já renunciou a um de seus cargos políticos por causa de acusações de que estaria superfaturando obras públicas.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

10-Em entrevista ao jornal local, José afirma que tem orgulho de ser populista, não se arrepende de ter distribuído lotes e "inchado" Brasília e tem certeza de que representou bem o seu povo.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

11-Teobaldo não distribui lotes para a população. Em entrevista ao mesmo jornal ele afirma temer pela piora da saúde com o aumento populacional e procura direcionar suas propostas para a melhoria da população que habita o DF há muitos anos.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

12-José diz que tem alguns amigos dentro da política e, por isso, consegue alguns recursos com mais rapidez. Sua família é bastante conhecida e atuante na política. José busca mais amizades dentro da política.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

13-Teobaldo tem o mesmo tempo de trabalho na política que José. Ele tem amigos na política também, mas eles se restringem às pessoas de seu próprio partido e não tem parentes políticos.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

14- José conseguiu uma parceria com a produtora de carnes de seu primo, durante sua campanha. Suas carnes estão um pouco mais baratas para a população. Seu primo hoje também participa em sua campanha.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

15- Teobaldo faz discursos em sindicatos. Ele apoia algumas causas e afirma que, caso vença as eleições para governador, irá defendê-las.

Eu não apoio a atitude do candidato	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Eu apoio a atitude do candidato
Nenhum político faz isso	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Todos os políticos fazem isso
Isso não é coisa de político que "rouba, mas faz"	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Isso é coisa de político que "rouba, mas faz"

PARTE 2 (VOTO E DADOS PESSOAIS)

Você votaria no candidato José ou no candidato Teobaldo? (Marque um X)

<input type="checkbox"/>	José
<input type="checkbox"/>	Teobaldo

Se você fosse tivesse um cargo público, tomaria decisões políticas parecidas com as de José ou com as de Teobaldo?

<input type="checkbox"/>	José
<input type="checkbox"/>	Teobaldo

Você é uma pessoa de classe:

<input type="checkbox"/>	Baixa
<input type="checkbox"/>	Média
<input type="checkbox"/>	Alta

Sua idade: _____ anos.

Seu gênero:

<input type="checkbox"/>	Feminino
<input type="checkbox"/>	Masculino

O período/semestre que está cursando:

<input type="checkbox"/>	1º Semestre
<input type="checkbox"/>	2º Semestre

	3º Semestre
	4º semestre ou mais
	Pós graduação (<i>latu sensu</i> , mestrado ou doutorado)